

**Ricardo Villas Bôas Cueva**  
**Paulo Henrique dos Santos Lucon**  
**Cássio Telles Ferreira Netto**  
**Luís Antônio Giampaulo Sarro**  
**Luis Fernando Crestana**  
**Vivien Lys Porto Ferreira da Silva**  
Coordenadores

# **ARBITRAGEM & SEGURO**

Adilson Neri Pereira, Agatha Lopes Mateus, Ana Cândida Menezes Marcato, Ana Paula Piazza Aguilar, André Gustavo Salvador Kauffman, Andreza Tomim Kamimura, Angélica Carlini, Anne Caroline Wendler, Antonio Carlos Marcato, Bárbara Bassani de Souza, Bruno Campos Silva, Daniel Penteado de Castro, Eduardo Talamini, Elias Marques de Medeiros Neto, Felipe Barreto Marçal, Felipe Bastos, Fernando Figueiredo Ponzini, Fernando Gama de Miranda Netto, Flávia Pereira Hill, Flávio Luiz Yarshell, Flávio Tartuce, Helena Lanna Figueiredo, Henrique Pires Arbache, Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Humberto Theodoro Júnior, Janaína Andreazi, Jorge Tosta, José Américo Zampar Júnior, Juliana Carolina Frutuoso Bizarria, Júlio César Guzzi dos Santos, Lucas Henrique de Lucia Gaspar, Lucio Picanço Facci, Marcelo Barreto Leal, Marcelo Miranda Caetano, Márcio Souza Guimarães, Mauricio Conde Tresca, Maurício Salomoni Gravina, Monica Costa, Nathaly Campitelli Roque, Paulo Dias de Moura Ribeiro, Paulo Henrique Cremonese, Paulo Henrique dos Santos Lucon, Pedro Cavalcanti Rocha, Pedro Ivo Mello, Rafael Oliveira de Miranda, Rafael Stefanini Auiló, Rennan Thamay, Rodrigo dos Santos Igrejas Filgueiras, Ronaldo Guimarães Gallo, Sergio Ruy Barroso de Mello, Victor Willcox, Viviane Rosolia Teodoro

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

---

**CUEVA, RICARDO VILLAS BÔAS. LUCON, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS. NETTO, CÁSSIO TELLES FERREIRA. SARRO, LUÍS ANTÔNIO GIAMPAULO. CRESTANA, LUIS FERNANDO. DA SILVA, VIVIEN LYS PORTO FERREIRA. COORDENADORES**

*Arbitragem & Seguro.*

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

*Arbitragem & Seguro - 1ª ed. - São Paulo: Quartier Latin, 2023.*

ISBN 978-65-5575-241-0

1. Arbitragem; 2. Seguro; 3. Processo Arbitral; 4. Sub-rogação; 5. Garantia Arbitral; 6. Contrato de Seguro; 7. Resseguro; 8. Cláusula Compromissória.

1. I. Título

---

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone e whatsapp: +55 11 9 9431 1922

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmáticos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Apresentação por Paulo Henrique dos Santos Lucon .....	21
Prefácio por Ricardo Villas Bôas Cueva .....	25
Apresentação (Associação Internacional de Direito de Seguro) .....	27

### I. Arbitragem e Seguro, 31

*Adilson Neri Pereira*

1. Introdução .....	31
2. A arbitragem como prerrogativa do segurado .....	33
3. A habitualidade como determinante pragmática .....	35
4. Conclusões.....	40
Referências bibliográficas .....	41

### II. Seguro Garantia Arbitral e a Administração Pública, 43

*Agatha Lopes Mateus e Andreza Tomim Kamimura*

1. Breve histórico.....	43
2. Dos Direitos Patrimoniais Disponíveis.....	45
3. Distinção entre arbitrabilidade e escopo da convenção de arbitragem .....	47
4. Da publicidade e confidencialidade.....	48
5. Da escolha isonômica dos árbitros .....	50
6. Do Seguro Garantia Arbitral e a Administração Pública .....	51
6.1. Das Condições Contratuais do Seguro Garantia Arbitral .....	53
7. Das Considerações Finais.....	57
8. Referências Bibliográficas .....	59

### III. A Escolha pela Jurisdição Estatal e a Perda da Convenção de Arbitragem (análise crítica do REsp 1.894.715), 61

*Janaína Andreazi e André Gustavo Salvador Kauffman*

1. O problema.....	61
2. O REsp 1894715 e seus fatores determinantes .....	63
3. O CPC-15 e renúncia ao juízo arbitral .....	67
4. O fundamento do acórdão e seu risco de generalização .....	71
5. O uso da arbitragem nos contratos de seguro .....	74
6. Considerações finais.....	77
7. Referências.....	78

## **IV. Procedimento Arbitral nas Relações Securitárias: Uma Análise à Luz do Projeto de Lei do Contrato de Seguro (PLC n. 29/2017), 81**

*Anne Caroline Wendler*

Introdução .....	81
1. Noções gerais da arbitragem .....	82
2. Contrato de seguro .....	87
3. A impossibilidade de escolha da lei aplicável para solução de conflitos de seguros no âmbito da arbitragem, segundo o PLC n. 29/2017 .....	91
Considerações finais .....	96
Referências .....	97

## **V. Considerações sobre o Processo Arbitral, 99**

*Antonio Carlos Marcato e Ana Cândida Menezes Marcato*

I. A competência e a extensão da atuação do juízo arbitral .....	99
II. O dever de revelação do árbitro .....	100
III. O dever de revelação do árbitro na jurisprudência do STJ.....	105
IV. Sentença <i>citra petita</i> e Sentença parcial .....	108
Referências bibliográficas .....	109

## **VI. Arbitragem, Mediação e (Res)seguros, 111**

*Bárbara Bassani de Souza, Elias Marques de Medeiros Neto e Monica Costa*

1. Introdução .....	111
2. Contexto Normativo.....	111
2.1. Visão Geral.....	111
2.2. Seguros Massificados .....	114
2.3. Seguros de Grandes Riscos.....	116
2.4. Resseguro.....	117
3. Principais Discussões .....	118
4. Arbitragem .....	119
5. Mediação .....	124
6. Considerações Finais.....	128
7. Referências Bibliográficas .....	129

## **VII. Da (Im)possibilidade de Transmissão da Cláusula Compromissória à Seguradora por Força da Sub-rogação, 131**

*Daniel Penteado de Castro e Rafael Oliveira de Miranda*

1. Introdução .....	131
2. Sub-rogação Pessoal no Contrato de Seguro de Dano.....	132
3. Diferenças entre Sub-rogação Convencional, Legal e Cessão de Crédito.....	135
3.1. Sub-rogação Como Instituto Voltado à Proteção do novo Credor e como Ato-fato Jurídico .....	135
3.2. Sub-rogação Legal, Convencional e Cessão de Crédito.....	136
4. Interpretação do Art. 786 do Código Civil.....	139
5. A Cláusula Compromissória como Negócio Jurídico Processual .....	143
6. Impossibilidade da Transmissão da Cláusula Compromissória no Caso de Sub-rogação pelo Seguro.....	146
7. Considerações Finais .....	149
8. Referências.....	150

## **VIII. Negócios Processuais: Sub-Rogação da Seguradora – Primeira Parte: Convenção de Arbitragem, 153**

*Eduardo Talamini*

1. Introdução .....	153
2. O instituto da sub-rogação pessoal .....	160
3. A sub-rogação do segurador .....	164
4. O efeito principal da sub-rogação.....	168
5. Improcedência dos argumentos contrários à sub-rogação da convenção arbitral.....	171
5.1. A transferibilidade das posições jurídico-processuais.....	172
5.2. O sub-rogado não é terceiro. Sucessão. O papel do consentimento na sub-rogação .....	175
5.3. Ausência de caráter personalíssimo .....	182
5.4. A fonte do direito do segurador .....	183
5.5. Autonomia da convenção arbitral .....	183
5.6. Irrelevância da inexistência de “cessão de posição contratual” .....	184
5.7. Acesso à justiça .....	186
5.8. Os limites do art. 786, § 2º, do Código Civil.....	188
Referências bibliográficas .....	188

## **IX. A Escolha do Direito Aplicável à Arbitragem nas Hipóteses de Divergência sobre o Instituto Jurídico Regulado: Direito Material x Direito Processual, 193**

*Felipe Barreto Marçal*

Introdução .....	193
1. A escolha do direito aplicável à arbitragem.....	194
2. Normas processuais e normas de direito material (materiais) .....	198
3. Exemplos de normas de classificação “cinzenta” (material x processual) .....	201
4. Como resolver o problema sobre a indefinição do regime jurídico aplicável aos institutos situados nessa “zona cinzenta”? A importância da convenção de arbitragem .....	204
Conclusão .....	206
Referências bibliográficas .....	207

## **X. Sentença Arbitral Proferida em Disputa entre Tomador e Segurado em Seguro Garantia – Eficácia da Sentença e Autoridade da Coisa Julgada sobre Seguradora Terceira, 211**

*Felipe Bastos*

1. Introdução .....	211
2. Seguro Garantia: Estrutura, Função e o seu Caráter Acessório.....	213
3. O Roteiro Padrão de um Conflito entre Tomador e Segurado.....	214
4. Os Efeitos Naturais <i>Ultra Partes</i> da Sentença .....	218
5. A Eficácia da Sentença Arbitral sobre a Seguradora e suas Variações.....	224
6. Casuística.....	227
7. Conclusões.....	233
8. Referências bibliográficas .....	235

## **XI. Contratos de Seguro, Cláusula Compromissória e a Sub-Rogação da Seguradora, 237**

*Rodrigo dos Santos Igrejas Filgueiras e Fernando Figueiredo Ponzini*

1. Introdução .....	237
2. Arbitragem: conceito, vinculação e transmissibilidade da cláusula compromissória .....	239
3. Contrato de seguros: características e peculiaridades .....	242
4. Sub-rogação no Direito Civil e, em especial, em Contratos de Seguros.....	244
5. A sub-rogação da Cláusula Compromissória em Contratos de Seguros.....	248

6. Conclusão.....	253
7. Bibliografia .....	254

## **XII. A Arbitragem Expedita como Método Adequado para a Solução de Litígios Securitários, 257**

*Flávia Pereira Hill*

1. O sucesso da arbitragem no Brasil e a sua justa valorização no CPC/2015 ....	257
2. Arbitragem expedita como método adequado para resolução de conflitos de médio porte.....	261
3. Vantagens.....	262
4. Conteúdo econômico máximo .....	263
5. Consentimento das partes.....	264
6. Produção de provas .....	265
7. Nomeação do árbitro: prevalência de árbitro único.....	266
8. Dever de revelação ( <i>duty of disclosure</i> ): a valorização da imparcialidade do árbitro .....	268
9. Tentativa inicial de acordo .....	269
10. Alegações iniciais do autor.....	269
11. Intimações e comunicações por meio eletrônico .....	270
12. Pedido contraposto .....	271
13. Resposta.....	271
14. Audiência.....	271
15. Alegações finais.....	272
16. Sentença arbitral.....	272
17. Pedido de esclarecimentos .....	273
18. Taxa de administração e honorários do árbitro .....	274
19. A arbitragem expedita como método adequado para solucionar litígios decorrentes de contrato de seguro .....	274
20. Arbitragem nos cartórios extrajudiciais: PL nº 5243/2009 .....	280
21. Conclusão .....	280
Referências .....	282

## **XIII. Notas sobre a Transmissão da Convenção de Arbitragem à Seguradora em Caso de Sub-Rogação, 285**

*Flávio Luiz Yarshell e Rafael Stefanini Auilo*

1. Introdução .....	285
2. A extensão da convenção de arbitragem a parte não signatária .....	286

3. A sub-rogação no Direito civil e, mais especificamente, nas relações securitárias.....	291
4. A transmissão da convenção de arbitragem à seguradora em razão da sub-rogação nos direitos do segurado.....	294
5. Conclusão.....	301
6. Bibliografia.....	302

#### **XIV. A Sub-Rogação da Seguradora em Contrato em que Há Cláusula Compromissória de Arbitragem, 305**

*Flávio Tartuce e Angélica Carlini*

1. Introdução.....	305
2. Aspectos Gerais e Específicos da Sub-Rogação em Seguros.....	306
3. Interpretação do Artigo 786 do Código Civil e Cláusula Compromissória em Arbitragem.....	320
4. Considerações finais.....	327
Referências.....	327

#### **XV. O Seguro Garantia Arbitral, 329**

*Henrique Pires Arbache*

Introdução.....	329
Seguro garantia arbitral: conceito e finalidade.....	329
Função social do seguro garantia arbitral e a importância da adoção de cautelas no provisionamento pra evitar a ocorrência de sinistros.....	331
Partícipes do seguro garantia arbitral.....	333
Hipóteses frequentes de riscos excluídos.....	334
Sinistro e expectativa.....	336
Considerações finais.....	337
Referências bibliográficas.....	338

#### **XVI. Intervenção do Poder Judiciário na Arbitragem Securitária e o Reprovável Desequilíbrio no Cálculo do Risco, 341**

*Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Pedro Cavalcanti Rocha*

1. A arbitragem como método adequado de resolução de disputas.....	341
2. A não intervenção do Judiciário na arbitragem como pilar de segurança jurídica do instituto.....	343



3. O <i>Standard</i> para afastamento da convenção arbitral nas demandas securitárias deve ser mais rígido .....	348
3.1. Seja pelo refinamento matemático do cálculo do risco.....	348
3.2. Seja pela adequação do método às demandas securitárias .....	351
4. Conclusões.....	354
Referências bibliográficas .....	356

## **XVII. Substituição Processual e Litispêndência na Arbitragem, 359**

*Humberto Theodoro Júnior e Helena Lanna Figueiredo*

1. Introdução .....	359
2. Legitimação. Substituição processual e litispêndência .....	362
2.1. Legitimidade <i>ad causam</i> e substituição processual .....	362
2.2. Litispêndência.....	364
I. Caracterização.....	364
II. Efeitos da litispêndência em situações de substituição processual.....	367
3. O acionista minoritário e a legitimação de agir no âmbito da sociedade anônima .....	368
3.1. A ação de responsabilidade civil e a legitimidade de agir no microsistema da Lei 6.404/76 .....	368
3.2. A legitimação para agir e o interesse tutelado na ação social.....	369
3.3. Concorrência das ações do substituto processual e do titular do direito substancial controvertido .....	372
4. Arbitragem e devido processo legal.....	374
4.1. O juiz natural e o devido processo legal .....	375
4.2. A importância da escolha do árbitro pelas partes na arbitragem .....	376
5. Conclusão .....	378
6. Referências.....	380

## **XVIII. O Dever de Revelação dos Árbitros à Luz do Princípio da Imparcialidade, 383**

*Jorge Tosta*

1. O dever de revelação na Lei de Arbitragem.....	383
2. O dever de revelação do árbitro em caso de “dúvida justificada” quanto à sua imparcialidade e independência.....	385
3. O dever ético de revelação dos árbitros e o dever das partes de se informar sobre eventuais fatos que possam comprometer a isenção e imparcialidade dos árbitros.....	390

4. O Enunciado 110 da II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial do Conselho da Justiça Federal .....	393
5. O dever de revelação no projeto de Lei nº 3.293/2021 .....	397
6. Quebra da independência e imparcialidade do árbitro: decisões anteriores relativas ao mesmo objeto da arbitragem .....	399
7. Quebra da independência e imparcialidade do árbitro: atuação anterior do árbitro como advogado de uma das partes ou como parecerista em favor de uma das partes ou de seus advogados .....	400
8. Bibliografia .....	401

### **XIX. Seguro Garantia Arbitral na Arbitragem com a Administração Pública, 403**

*José Américo Zampar Júnior e Juliana Carolina Frutuoso Bizarria*

Introdução .....	403
1. Arbitragem e Administração Pública .....	404
2. Tutelas provisórias nas arbitragens com a Administração Pública.....	410
3. Aplicação do seguro garantia arbitral nos procedimentos arbitrais envolvendo a Administração Pública e a concessão de tutelas provisórias.....	411
Considerações finais .....	416
Referências .....	416

### **XX. A Taxatividade Mitigada do Rol do Artigo 32 da Lei de Arbitragem (nº 9.307/96) na Solução de Controvérsias nos Contratos de Seguro, 419**

*Júlio César Guzzi dos Santos*

Introdução .....	419
1. Do Cabimento da Ação Anulatória .....	420
2. Do Contrato de Seguro .....	420
3. Das Invalididades Processuais .....	421
4. Para além de hipóteses do rol do artigo 32 da Lei nº 9.307/96.....	422
Considerações Finais.....	427
Referências .....	427

## **XXI. Ensaio sobre a Vinculação da Seguradora à Cláusula Compromissória de Arbitragem, à Luz do Artigo 786 do Código Civil e da Jurisprudência do STJ e do TJSP, 429**

*Ana Paula Plazza Aguilár e Lucas Henrique de Lucia Gaspar*

Introdução .....	429
1. Breve elucidação de saberes basilares à problemática em comento.....	430
2. Entendimento pela vinculação da seguradora à cláusula compromissória devido à sub-rogação imposta pelo artigo 786, do CC.....	432
3. Entendimento pela não vinculação da seguradora à cláusula compromissória e conseqüente competência do Poder Judiciário.....	440
4. Análise da jurisprudência do TJSP sobre a controvérsia em questão.....	446
Considerações finais .....	449
Referências .....	450

## **XXII. Jurisdição Judicial e Jurisdição Arbitral: Entre Exigir Contas ou Realizar Convenções Processuais para Fixar o Valor da Indenização Securitária, 453**

*Lucio Picanço Facci e Fernando Gama de Miranda Netto*

1. Introdução .....	453
2. O procedimento de exigir contas no vigente Código de Processo Civil.....	453
3. Seguro como contrato e os seus principais elementos .....	456
4. Interesse de agir do segurado em ajuizar ação sob o procedimento especial de exigir contas .....	457
5. Alternativas ao procedimento: convenções processuais .....	460
6. Considerações finais.....	465
Referências .....	466

## **XXIII. Reflexões em Torno da Cláusula Compromissória em Contrato de Seguro, 467**

*Lucio Picanço Facci e Fernando Gama de Miranda Netto*

1. Introdução .....	467
2. A arbitragem brasileira: natureza jurisdicional.....	467
3. Arbitragem e meios colaborativos de resolução de conflitos .....	472
4. Acordos quanto aos procedimentos jurisdicionais.....	473
5. Direito do seguro: transversalidade e interdisciplinariedade .....	476
6. Seguro como contrato: estrutura fundamental .....	477

7. Convenção de arbitragem .....	478
8. Cláusula compromissória em contrato de seguro: aspectos sensíveis.....	479
9. Considerações finais.....	483
Referências .....	484

## **XXIV. Validade da Convenção de Cláusula Arbitral em Contratos de Seguros de Riscos de Engenharia: Uma Visão Doutrinária e Jurisprudencial, 487**

*Marcelo Barreto Leal*

Introdução .....	487
1. O contrato de seguro como instrumento de gestão de risco.....	487
2. O contrato de seguros de riscos de engenharia .....	493
3. Princípio da Boa-fé como Mecanismo de Eficiência na Esfera dos Contratos de Seguro .....	494
4. A Cláusula de Arbitragem nos Contratos de Riscos de Engenharia – formatação e questionamentos .....	500
Considerações finais .....	508
Referências Bibliográficas.....	508
Acórdãos.....	509

## **XXV. Contrato de Seguro Coletivo e a Relação Laboral. Validade de Cláusula Arbitral Pactuada por Empregado Hipersuficiente. Conflito de Competência entre Juízo Arbitral e Trabalhista, 511**

*Marcelo Miranda Caetano*

I. Introdução .....	511
II Desenvolvimento .....	512
II.1. Contrato de seguro coletivo e a relação empregatícia.....	512
II.2. Contrato de seguro coletivo e a competência da Justiça do Trabalho.....	514
II.3. Empregado hipersuficiente e a pactuação de cláusula compromissória de arbitragem .....	515
II.4. Conflito de competência. Juízo arbitral e trabalhista.....	518
III. Considerações finais .....	520
Bibliografia .....	521

**XXVI. Extensão da Cláusula Arbitral à Seguradora Sub-Rogada, 523***Márcio Souza Guimarães*

1. Introdução .....	523
2. Eficácia Subjetiva das cláusulas arbitrais .....	524
3. A cláusula arbitral e a sub-rogação do segurador nos contratos de seguro .....	527
4. Necessária análise de riscos da seguradora .....	532
5. Anuência tácita da cláusula compromissória .....	533
6. Considerações Finais .....	534
Referências .....	534

**XXVII. Arbitragem Ad Hoc e Seguros, 537***Maurício Conde Tresca*

1. Introdução .....	537
2. Arbitragem: Arbitragem Institucional e Arbitragem Ad Hoc .....	540
3. Arbitragem Ad Hoc: restrições e vantagens. Foco no árbitro .....	543
4. Arbitragem ad hoc na Indústria de seguros: ARIAS-US um modelo a estudar.....	547
5. Conclusão .....	551
6. Referências.....	552

**XXVIII. Arbitragem de Equidade no Contrato de Seguro, 553***Maurício Salomoni Gravina*

Introdução .....	553
Aspectos históricos .....	554
Natureza jurídica .....	562
Pressupostos de arbitragem no direito comparado .....	565
Considerações finais .....	569
Referências .....	571

**XXIX. Contratos de Seguro, Arbitragem e Administração Pública:  
Busca de Meios Seguros e Eficientes de Recompôr Prejuízos  
Causados à Administração Pública e aos Administrados, 573***Nathaly Campitelli Roque*

1. Introdução .....	573
2. Arbitragem e Administração Pública: seu regime jurídico na atual redação da Lei nº 9.307/1996, trazida pela Lei nº 13.129/2015 .....	574

3. Seguros e Fazenda Pública: seu regime jurídico, segundo a jurisprudência e as normas aplicáveis.....	579
4. Seguro e Arbitragem: Admissibilidade .....	582
5. Contratos de seguro, Arbitragem e Administração Pública: um meio seguro e eficiente de recompor prejuízos causados à Administração Pública e aos administrados? .....	585
6. Considerações finais.....	587
Referências .....	588

### **XXX. O Contrato de Seguro, 589**

*Paulo Dias de Moura Ribeiro*

1. Agradecimento inicial.....	589
2. Apresentação.....	589
3. Precedentes da Terceira Turma do STJ .....	593
5. Conclusão .....	600
6. Bibliografia .....	600

### **XXXI. A Ilegalidade da Cláusula de Imposição de Foro Estrangeiro (Compromisso Arbitral) no Contrato Internacional de Transporte Marítimo de Carga: A Proteção do Contratante Débil, da Vítima do Dano e/ou do Segurador Sub-Rogado, 603**

*Paulo Henrique Cremonese*

I. Introdução.....	603
II. O contrato internacional de transporte marítimo de cargas e as cláusulas abusivas: A ilegalidade da cláusula de imposição de foro do armador ou de arbitragem sem prévia, formal e livre aquiescência do dono de carga .....	607
III. Conclusão.....	617
Bibliografia .....	619

### **XXXII. Cláusula Compromissória, Sub-Rogação nos Contratos de Seguro e o Superior Tribunal de Justiça, 621**

*Paulo Henrique dos Santos Lucon*

1. Introdução: a “extensão” da cláusula compromissória .....	621
2. Sub-rogação nos contratos de seguro.....	622
3. Julgamento da SEC 14.930 / US no Superior Tribunal de Justiça.....	623

4. Comentários ao julgado do Superior Tribunal de Justiça e posição da doutrina no tema.....	626
5. Conclusão .....	630
6. Bibliografia .....	631

### **XXXIII. O Seguro Garantia Arbitral como Instrumento Garantidor da Eficácia da Decisão do Árbitro, 633**

*Rennan Faria Krüger Thamay e Bruno Campos Silva*

1. Introdução .....	633
2. As decisões acerca das tutelas provisórias proferidas pelo árbitro.....	633
3. O seguro garantia arbitral para a eficácia das decisões do árbitro.....	644
4. Conclusão .....	646
5. Referência bibliográfica.....	647

### **XXXIV. Seguro-Garantia e Arbitragem na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 649**

*Ronaldo Guimarães Gallo*

1. Introdução .....	649
2. A função do contrato de seguro: estabilidade.....	649
3. As <i>garantias</i> , o seguro-garantia e a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	652
4. O Sistema de Justiça Brasileiro e os métodos de resolução de conflitos.....	659
5. Arbitragem como método de resolução de conflitos nos contratos administrativos <i>caucionados</i> por seguro-garantia.....	662
6. Considerações finais.....	665
Referências .....	666

### **XXXV. A Convenção de Arbitragem e as Especificidades do Setor de Seguros e Resseguros, 667**

*Sergio Ruy Barroso de Mello*

1. A Convenção de Arbitragem .....	667
1.1. Cláusula compromissória nos contratos de seguro e resseguro.....	667
1.2. Condições de validade da cláusula compromissória no seguro/resseguro.....	671
1.2.1. Condições de forma .....	671
1.2.2. Arbitrabilidade.....	672

1.3. Efeitos da cláusula compromissória nos contratos de seguro/resseguro .....	673
1.3.1. Efeito dispositivo .....	673
1.3.2. Efeito constitutivo .....	674
1.4. Enquadramento da cláusula compromissória na categoria de negócio jurídico .....	675
1.5. Distinção entre cláusulas compromissórias “cheias” e “em branco” .....	677
1.5.1. Instauração da instância a partir de cláusula em branco .....	677
1.5.2. Operacionalidade da cláusula compromissória cheia na instauração da instância .....	679
2. Especificidades práticas da arbitragem no seguro .....	680
3. A arbitragem interna e internacional diante das relações ressecuritárias .....	688
4. Arbitragem e sub-rogação do segurador .....	689
5. Cláusulas multiparte, o cosseguro e o corresseguo .....	691
6. Tribunais internacionais de arbitragem em seguro e resseguro.....	692
7. Conclusão .....	694
8. Referências.....	695

### **XXXVI. Arbitragens Ressecuritárias Multiparte: Aspectos Controvertidos, 697**

*Victor Willcox e Pedro Ivo Mello*

1. Considerações iniciais: o contrato de resseguro e sua formação .....	697
2. Principais normas aplicáveis ao resseguro .....	698
3. Principais tipos de contratos de resseguro e suas consequentes alocações de responsabilidade .....	704
4. Arbitragem ressecuritária e seus principais desafios .....	707
5. Conclusão .....	722
Referências .....	723

### **XXXVII. Arbitragem como Forma de Solução de Conflitos nos Contratos de Resseguro, 725**

*Viviane Rosolia Teodoro*

1. Introdução .....	725
2. Contrato de resseguro .....	725
3. Arbitragem .....	729
4. A lei brasileira de arbitragem (lei 9.307/96).....	731



<b>5. Arbitragem como forma de solução de conflitos nos contratos de resseguro .....</b>	<b>732</b>
<b>6. Considerações finais.....</b>	<b>737</b>
<b>7. Referências.....</b>	<b>739</b>
<b>Outros sites consultados .....</b>	<b>740</b>